

Valor Econômico, 25 de fevereiro de 2021

Transferência tecnológica acelera inovação

Mudanças de regras trazem insegurança jurídica e inibem investimentos das farmacêuticas

Por: Martha Funke

A transferência de tecnologia para instituições nacionais acelera o domínio de inovações e processos. Mas ainda são necessárias políticas públicas de estímulo. Em 2008, a interação entre as políticas industrial e de saúde valeu-se do poder de compra do Sistema Único de Saúde (SUS) para criar parcerias envolvendo empresas globais, nacionais e instituições públicas para desenvolvimento de produto (PDT) em biossimilares.

O programa rendeu muita capacitação, mas foi enfraquecido a partir de 2016 e praticamente desativado em 2019, diz Julia Paranhos, coordenadora do Grupo de Economia da Inovação do Instituto de Economia da UFRJ.

As mudanças de regras trazem insegurança jurídica e inibem investimentos. Em maio será julgada no Supremo Tribunal Federal (STF) a constitucionalidade do parágrafo 40 da Lei de Patentes, que, por causa da morosidade local para análise de processos, prevê um mínimo de dez anos de vigência após a concessão.

“Uma legislação mais moderna e ágil, somada à capacidade de pesquisa clínica fase 3, faria do Brasil um grande centro de pesquisa e desenvolvimento da indústria”, avalia Guilherme Leser, diretor executivo de relações governamentais e comunicação da MSD, que tem acordos de transferência com o Instituto Butantan para vacinas HPV e hepatite A e recebe do instituto tecnologia para vacina anti-dengue.

Outras, como hepatite B, rotavírus e sarampo, são vendidas ao Ministério da Saúde ou para o mercado privado.

Para Elizabeth Carvalhaes, presidente executiva da Interfarma, além de jabuticabas jurídicas, como a determinação de fornecer medicamentos até a morte de participantes de pesquisa clínica, a pesquisa clínica é uma das

questões que travam investimentos no país. Em cerca de dez anos o Brasil passou de quarto país no mundo em pesquisa para o 25º lugar, explica.

A entidade representa empresas globais, principais detentoras de patentes aqui e já voltadas às terapias genéticas avançadas, que buscam um tipo de “ajuste” para frear o repasse de um gene para gerações seguintes.

A ação no STF é vista como ameaça e a Interfarma busca levar a discussão para o Congresso antes do julgamento por projeto de lei do Executivo. “Se o país criasse condições, poderia ser um fornecedor de insumos farmacêuticos ativos, os IFAs”, diz. “Com um melhor ambiente de negócios e mais conhecimento científico poderia haver mais patentes locais.”

Hoje o Brasil produz apenas 5% dos princípios ativos que consome. O Instituto Butantan, por exemplo, domina a cadeia de tecnologia de vírus inativado de ponta a ponta, graças à parceria de transferência com a Sanofi para a produção de vacina contra a influenza. A tecnologia foi aproveitada na campanha de vacinação contra a gripe suína (H1N1) em 2010 e agora está por trás da CoronaVac. “A estratégia de parcerias e transferência funciona bem”, afirma o ex-ministro da saúde e professor José Gomes Temporão.

Mas tecnologias como a DNA mensageiro têm barreiras tecnológicas difíceis de reproduzir - e é onde entram acordos como o firmado entre a Fiocruz e Universidade de Oxford/ AstraZeneca, que prevê inclusive a produção local de IFA. O processo vai de trás para frente. O primeiro passo é a tecnologia analítica para controle de qualidade e a aprovação da Anvisa. Depois, processamento final com diluição, envase estéril e preparo das embalagens. Por fim, a produção do IFA, que envolve bancos de células para crescimento celular, com produção de antígenos virais, vírus ou bactérias.

A Fundação Ezequiel Dias (Funed) já concluiu transferência do tenofovir, anti-HIV da Blanver, empresa que atua no desenvolvimento, fabricação e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos ativos. Agora está em andamento a transferência da vacina contra meningite C, da GSK.

A primeira fase envolve o produto acabado, com registro e consolidação da cadeia logística para importação. Depois vem a rotulagem e embalagem,

formulação, envase e liofilização. A quarta e última fase inclui banco de células, inoculação, fermentação, purificação e conjugação (conclusão da transferência).

“O Brasil sabe pegar um retrovírus e replicar a sequência genética só em laboratório”, diz Soraya Smaili, reitora da Unifesp, que com parceiros como Universidade de São Paulo (USP) pesquisa tecnologia que usa pedacinhos do RNA do vírus para produzir vacina por inalação - uma das 15 candidatas brasileiras anti-covid, cinco delas em pesquisa avançada e três com condições, mas sem recursos, para testes clínicos. “Falta investimento em parcerias para transferência para o setor produtivo”, diz.

Link original:

<https://valor.globo.com/publicacoes/suplementos/noticia/2021/02/25/transferecia-tecnologica-acelera-inovacao.ghtml>